ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE
1998, ÀS 21:00 HORAS.

ATA Nº 131 - “B”

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO BENEDITO PINTO (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão Extraordinária, com a finalidade de receber matérias e apreciar os projetos que se encontram em condições de ser votados e os Vetos nºs 75/97 e 49, 50, 51, 52 e 53/98.

Solicito aos Deputados Benedito Pinto e Eliene que assumam a 1ª e 2ª Secretarias.

(OS SRS. DEPUTADOS BENEDITO PINTO E ELIENE ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 20:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Ofício da Deputada Serys Silhessarenko, justificando sua ausência na Sessão noturna de hoje, quando estaria participando de reunião da Sociedade Mato-grossense de Pediatria, onde receberia homenagem como Sócia Benemérita; e ainda os Ofícios nºs 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626 e 627, do Presidente do Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso, INTERMAT, encaminhando processos de regularização fundiária em nome dos seguintes interessados: *Adão José de Almeida, Ana Maria Padilha Leite, Elaine Aparecida Corrêa, Edna Sabina de Chagas, Onofre Duarte de Oliveira, empresa SADIA, Virgínio Rodrigues Arruda, Antônio Dimas de Alencastro e Jailson Gonçalves Queiroz.*”

Lido o Expediente, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria da Deputada Serys Slhessarenko:

“Nos termos regimentais, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja convocada Audiência Pública no recinto desta Assembléia Legislativa, a ser realizada no dia 10/12/98, às 14:00 horas, para discussão do projeto de ajuste do Governo Estadual.

Para a referida audiência deverão ser convocadas as seguintes pessoas e representantes de entidades: Governador Dante de Oliveira; Secretário de Estado de Saúde, Dr. Júlio Müller; Secretário de Estado de Educação, Dr. Fausto Farias; Secretário de Estado de Administração, Pedro Calmon Garcia; Secretário de Estado de Planejamento, Guilherme Müller; Secretário de Estado de Fazenda, Dr. Válter Albano; OAB/MT-Ordem dos Advogados do Brasil - Seção-MT; Federação Mato-grossense de Associações de Bairros- FEMAB; Sindicato dos Médicos-SINDIMED; Sindicato dos Servidores Públicos de Cuiabá; SINTEMA-Sindicato dos Trabalhadores do Meio Ambiente; SINSISPREV - Associação do IPEMAT; SIPROTAF-Sindicato dos Fiscais de Tributo; SINDEPO-Sindicato dos Delegados de Polícia; APROMAT-Associação dos Procuradores do Estado de Mato Grosso; AESAF-Associação dos Agentes de Tributos da Secretaria de Fazenda; SINJUSMAT-Sindicato do Poder Judiciário; ANDEPOL-Associação dos Delegados de Polícia; AFFEMAT - Associação da Secretaria de Fazenda; SINDVOP-Sindicato dos Servidores do DVOP; SINTAP-Sindicato dos Trabalhadores dos Sistemas Agrícolas, Agrário e Pecuário do Estado de Mato Grosso; AAFATE-Associação dos Agentes Fiscalizadores de Tributo do Estado de Mato Grosso; ADUNEMAT-Associação dos Docentes da UNEMAT; SINDPD-Sindicato dos Trabalhadores de Processamento de Dados; SINTEP-Sindicato dos Profissionais da Educação; SIMOMAT-Sindicato dos Transportes de Mato Grosso; SINDPOJUC-Sindicato dos Escrivães da Polícia Civil; SINPE-Sindicato da Polícia Rodoviária Federal.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 02 de dezembro de 1998.

Deputada SERYS SLHESSARENKO - PT”

Também sobre a mesa, Indicações de autoria do Deputado Riva:

1ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de implantação de ensino de 2º grau na EEPSG Palmital, na comunidade Marco do Cimento, Município de Colíder.

Nos termos do Capítulo II, do Título V, da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de implantação de ensino de 2º grau na EEPSG Palmital, na comunidade Marco do Cimento, Município de Colíder.

JUSTIFICATIVA

Preocupado com o futuro dos jovens residentes na comunidade de Marco Cimento, que ao concluírem o 1º grau se vêem sem perspectivas para continuarem os estudos, o Vereador Francisco Costa apresentou gestão a várias autoridades, solicitando a implantação do curso médio naquele local.

O que vem acontecendo é que alguns jovens abandonam de vez os estudos ou são obrigados a se mudar para outra localidade onde haja tal curso. Muitas vezes as famílias

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE
1998, ÀS 21:00 HORAS.

os acompanham, tendo que abandonar o trabalho no campo, criando outra questão delicadíssima que é a do êxodo rural.

Em face do exposto e entendendo ser justo o ora pleiteado, contamos com urgentes ações das autoridades competentes no sentido de viabilizar a implantação do 2º grau naquela localidade.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 02 de dezembro de 1998.

Deputado RIVA - PSDB

2ª) Indica ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT a necessidade de instalação de um telefone público no Bairro Liberdade, Município de Peixoto de Azevedo.

Nos termos do Capítulo II, do Título V, da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT, mostrando a necessidade de instalação de um telefone público na esquina da Rua Goiânia com a Rua Pedro Álvares Cabral, em frente à Mercearia Maranhão, no Bairro Liberdade, Município de Peixoto de Azevedo.

JUSTIFICATIVA

Contando com grande número de residências, o Bairro Liberdade cresce diariamente. Também já são várias as casas comerciais lá existentes, além da escola.

Todavia, a população sofre com a falta de um aparelho telefônico, pois aquela localidade ainda não dispõe de nenhum.

A instalação de um telefone público, tipo “orelhão”, nas proximidades da Mercearia Maranhão será adequada, por ser um ponto central do bairro e, além disso, por oferecer uma área coberta, ficando, portanto, mais protegido o referido aparelho.

Entendendo ser de grande necessidade atender esta reivindicação dos habitantes do aludido bairro, contamos com o apoio dos nobres Pares na aprovação desta propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 02 de dezembro de 1998.

Deputado RIVA - PSDB.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Deputado Quinca dos Santos:

“Declara de utilidade pública a
Associação Barra-garcense de
Imprensa.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Barra-garcense de Imprensa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

JUSTIFICATIVA

A **Associação Barra-garcense de Imprensa**, sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 27/11/97, com sede na cidade de Barra do Garças-MT, e área de abrangência em toda a região mato-grossense denominada Vale do Araguaia, tem por fim congregar os empregados de empresas de comunicação em geral, seja ela da mídia impressa ou eletrônica.

Proporciona aos seus associados as condições de desenvolvimento cultural e profissional, criando, para tanto, cursos de atualização e reciclagem, tudo com vista a contribuir com os associados, oferecendo melhores condições para prestar os serviços às empresas de comunicação das quais forem empregados.

A documentação encaminhada foi devidamente examinada, ficando constatada sua regularidade, bem como os seus objetivos.

A proposta apontada pela referida associação é de grande relevância social e certamente merece o apoio dos nobres Pares com assento neste Parlamento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 02 de dezembro de 1998.

Deputado QUINCA DOS SANTOS - PPB”

Ainda sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria dos Deputados Paulo Moura e Benedito Pinto:

PROJETO DE LEI:

Introduz efeito repristinatório à Lei n° 6.031, de 10 de julho de 1992, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o disposto no Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1° Fica introduzido efeito repristinatório à Lei n° 6.031, de 10 de julho de 1992.

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n° 6.747, de 18 de janeiro de 1996, e demais disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

As medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal, decorrentes da notória crise mundial, têm exigido dos governos estaduais e municipais a adoção de medidas semelhantes, visando à compatibilização das receitas e despesas públicas.

A presente proposição tem por objetivo restabelecer uma situação que deu certo no passado e encontra respaldo no direito positivo vigente.

Destarte, o efeito repristinatório à Lei n° 6.031, de 10 de julho de 1992, constitui medida imperiosa, daí porque conto com o apoio dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 02 de dezembro de 1998.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE
1998, ÀS 21:00 HORAS.

Deputado PAULO MOURA - PPB
Deputado BENEDITO PINTO - PFL”

Com a palavra, o nobre Deputado Wilson Santos.

O SR WILSON SANTOS - Sr. Presidente, colegas Deputados, servidores da Assembléia Legislativa, imprensa, cidadãos mato-grossenses que acompanham esta Sessão:

Sr. Presidente, para apresentar um Requerimento com o mesmo teor daquele da Deputada Serys Shlessarenko, que já foi lido aqui, propondo a realização de uma Audiência Pública no dia 10/12, às 14:00 horas, no Auditório Milton Figueiredo, o qual eu peço que seja juntado ao Requerimento da Deputada Serys.

1º) REQUERIMENTO: Com base no que dispõe o Regimento Interno desta Casa e ouvido o soberano Plenário, requero Audiência Pública a ser realizada no dia 10 de dezembro, às 14:00 horas, no Auditório Milton Figueiredo.

A mencionada Audiência terá por objetivo discutir os ajustes administrativos e financeiros propostos pelo Poder Executivo e suas implicações político-econômico e sociais para a população do Estado, em especial para o conjunto dos servidores públicos e assalariados em geral.

JUSTIFICATIVA

A crise econômica que se abateu sobre o mundo refletiu, sem dúvida, de forma mais intensa nos países ditos subdesenvolvidos, incluindo aí o Brasil.

As mudanças internas por que passou o mundo civilizado, e que têm gerado crises internas em todo o mundo, engendrou um severo quadro de redução de qualidade de vida, principalmente para as classes menos favorecidas.

O Governo tem procurado se adequar a esta situação, tomando medidas que visam a ajustar o Estado a esta nova realidade econômica. Infelizmente, na maioria das vezes, se preocupando apenas com o quadro financeiro e negligenciando a questão social, o que tem levado a população a vivenciar uma crise jamais imaginada neste final de século.

Os constantes “pacotes de ajustes” editados pelo Governo Federal para adequação da economia às novas realidades mundiais e a conseqüente degradação de vida da população, provocada por estas medidas, atestam esta aflição. Assim é que de pacote em pacote, cada vez mais, o povo vai perdendo a esperança (o maior patrimônio de um País), na perspectiva de uma vida melhor no futuro, e, pior, na própria capacidade de uma sobrevivência digna. O atual quadro de desemprego e recessão, em que encontrar um posto de trabalho se transformou num prêmio, mais que numa oportunidade a ser garantida pelo Estado, atesta esta situação de calamidade a que chegou o País.

As medidas de contenção de gastos públicos implementadas pelo Governo Federal nestes pacotes, aliadas às mudanças aceleradas no processo produtivo e no próprio ambiente sócio-político, atingiram também os Estados, que viram assim suas políticas públicas baseadas em parâmetros ultrapassados desabarem, trazendo como conseqüência severos desequilíbrios econômicos e sociais com reflexos diretos na população.

O Estado de Mato Grosso, como parte deste conjunto e pela sua própria condição de produtor de bens primários, fortemente desvalorizados neste contexto, vem sofrendo este impacto, felizmente mitigado pela realização de obras de porte significativo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

como a Usina de Manso, a Usina Termoelétrica e a Ferrovia, que não impediram a necessidade de um ajuste do setor público.

Diante deste quadro, o Poder Executivo, imitando o Governo central, tem buscado adequar o Estado à nova realidade. Infelizmente, segundo a mesma cartilha do Governo Federal, ou seja atingindo com essas medidas, de forma mais violenta, a classe dos trabalhadores assalariados, justamente aquela em piores condições de reagir a estas ações.

As recentes informações sobre ajustes econômicos, apresentadas pelo Governo do Estado que, na busca do equilíbrio das contas públicas, propõe uma série de medidas que vão do aumento do imposto à redução de pagamento do quadro de pessoal, em consonância com aquelas tomadas pelo Governo Federal, preocupam porque são sucessivas.

Em um Estado potencialmente rico, mas sabidamente ainda pobre e com poucas perspectivas de trabalho para sua população, medidas restritivas por parte do Poder Público terão, certamente, um impacto muito maior que nos estados mais desenvolvidos.

Por estas razões, essas medidas devem ser discutidas e analisadas em profundidade, em suas conseqüências e impactos positivos e negativos, para que amanhã não voltemos a assistir a um agravamento alarmante do quadro de recessão e desemprego, por parte de uma população já duramente atingida pelas medidas federais.

Assim, ao propor esta Audiência Pública com a população, o que se espera é publicar, analisar e discutir estas medidas, buscando uma análise crítica e proposições alternativas que possam tornar menos traumáticas a situação deste duro momento por que passa o Estado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 02 de dezembro de 1998.
Deputado WILSON SANTOS - PMDB

2º) PROJETO DE LEI:

Cria o Conselho Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural - COEATER-MT, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Assistência Fundiária, o Conselho Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural - COEATER-MT de caráter deliberativo, com objetivo de reger e articular as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural, centrada na agricultura familiar, com as seguintes atribuições:

I - definir e acompanhar a política pública para a Assistência Técnica e Extensão Rural, visando ao desenvolvimento rural sustentável para o fortalecimento e expansão da agricultura familiar;

II - estabelecer critérios para credenciamento e descredenciamento de entidades governamentais e não-governamentais com vistas à prestação da Assistência Técnica e Extensão Rural Pública;

III - estabelecer critérios de avaliação e divulgar os impactos sociais e econômicos do serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural em todos os níveis;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

IV - aprimorar o modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural, buscando maior eficiência e efetividade no atendimento aos agricultores familiares;

V - promover a criação e implantação dos Conselhos Municipais de Assistência Técnica e Extensão Rural;

VI - estruturar uma nova Coordenação Estadual, ligada à Secretaria de Agricultura, englobando as atividades especializadas de Extensão Rural no âmbito do desenvolvimento rural sustentável;

VII - participar na identificação e nas negociações de recursos financeiros no âmbito estadual, nacional e internacional com vistas a investimentos, manutenção e desenvolvimento de projetos da Extensão Rural;

VIII - subsidiar o Conselho Estadual do PRONAF nas questões relativas à Extensão Rural Pública destinados à agricultura familiar;

IX - promover anualmente um Fórum Estadual com representação de todos os Conselhos Municipais de Assistência Técnica e Extensão Rural, e as Instituições afins para deliberar sobre as grandes linhas políticas e programáticas para a Extensão Rural.

Art. 2º O COEATER será constituído de membros efetivos e igual número de suplentes, escolhidos entre os agricultores e os órgãos governamentais e não-governamentais.

Parágrafo Único Conforme a natureza do assunto em apreciação, poderão ser convidadas autoridades federais, estaduais e municipais, federações sindicais, confederações, lideranças de movimentos sociais e consultores para participar das reuniões do Conselho.

Art. 3º O COEATER elegerá um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Geral escolhidos dentre seus membros titulares.

Art. 4º O Estado garantirá recursos financeiros para o adequado funcionamento do COEATER, prevendo-os no Orçamento do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Parágrafo Único As entidades representadas no COEATER darão o apoio técnico garantindo o seu adequado funcionamento.

Art. 5º O COEATER manterá relacionamento e garantirá o assessoramento e orientação aos Conselhos Municipais de ATER-**Assistência Técnica e Extensão Rural**.

Art. 6º A participação como membro do COEATER não compreenderá remuneração de qualquer espécie, sendo considerada prestação de serviço público relevante.

Parágrafo Único Serão permitidas despesas com diárias e passagens, em caso de deslocamento dos conselheiros ou de convidados para participarem das reuniões convocadas.

Art. 7º O Regimento Interno do Conselho Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural-COEATER será aprovado pelos seus membros.

Art. 8º A duração do mandato do Presidente, do Vice-Presidente e do Secretário Geral será de 02 (dois) anos, a contar da data da posse.

Art. 9º O COEATER poderá criar Câmaras Técnicas e Comissões de Assessoramento, permanentes ou não, para tratar de assuntos específicos, podendo ser formadas por pessoas ou entidades pertencentes ou não ao Conselho.

Parágrafo Único Essas Câmaras Técnicas e Comissões de Assessoramento poderão atuar junto a outros Conselhos voltados à agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

Art. 10 Todas as decisões proferidas pelo COEATER serão, obrigatoriamente, publicadas no *Diário Oficial do Estado*.

Art. 11 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Há, como tem sido amplamente divulgado, uma predisposição forte do Poder Executivo em proceder a uma ampla reformulação no sistema de extensão rural do Estado, em função da incapacidade do Governo em dar sustentabilidade a esta atividade. Assim, prevê estas medidas uma drástica redução ou mesmo a extinção e/ou municipalização da EMPAER, órgão responsável por esta atividade no âmbito do Estado.

Os reflexos negativos no setor produtivo em função da importância da extensão rural pública é tão evidente que sequer merece ser avaliada, e deve atingir principalmente o pequeno e médio produtores, justamente aqueles que mais demandam este tipo de serviço por não possuírem recursos e conhecimento para suportarem uma assistência técnica privada.

Diante desta perspectiva, negativa para a produção e para os pequenos produtores, se torna necessário que sejam tomadas medidas concretas capazes de amenizar este quadro de desamparo, proporcionando assim algum tipo de apoio a estes produtores, apoio este fundamental para a sua sobrevivência econômica.

Dentro desta visão de que há necessidade de se criar um mecanismo de apoio e coordenação da Assistência Técnica e Extensão Rural remanescente, num momento em que seu enfraquecimento e descoordenação poderão gerar graves prejuízos econômicos e sociais para o Estado, propomos a criação do Conselho Estadual de Agricultura, instrumento coordenador das ações na área e de suma importância para racionalizar os trabalhos de assistência.

Pelas suas atribuições e pela forma de atuação, temos certeza de que sua materialização será um instrumento efetivo e eficaz para preencher a lacuna gerada com a redução e/ou extinção da EMATER.

Por esta razão, contamos com o apoio desta Casa para sua urgente aprovação, vez que a iminente desativação da EMATER já é esperada por todos os produtores, com prejuízos consideráveis, principalmente para aqueles de menor porte.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 02 de dezembro de 1998.
Deputado WILSON SANTOS - PMDB

E também, Sr. Presidente, para convidar todos os colegas Deputados para a Sessão Especial do próximo dia 09/12, a partir das 16:00 horas, neste plenário, para outorga de Títulos de Cidadania Mato-grossense, conforme decisão em conjunto com a Mesa Diretora desta Casa. Os convites já foram impressos e todos distribuídos. Então, na próxima quarta-feira, às 16:00 horas, esta Casa fará realizar uma Sessão Especial para entrega de Títulos de Cidadão Mato-grossense. Dentre os homenageados estão o Sr. Sebastião Silvério, o conhecido Lebrinha, o patriarca dos Lebrinhas em Mato Grosso; o Sr. Altevir Magalhães, Presidente da Associação dos Supermercadistas do Estado de Mato Grosso; o Sr. Ari Wojcik, ex-Presidente da FIEMT; o Governador do Estado do Amazonas, Amazonino Mendes; o Prefeito de Sapezal, Dr.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

André Maggi, e o empresário Blairo Maggi, que serão as pessoas agraciadas com o Título de Cidadão Mato-grossense.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado José Lacerda.

O SR. JOSÉ LACERDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar uma Moção de Pesar:

Com fundamento nos Artigos 258 e 268, alínea “c” do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada aos familiares do saudoso Guilherme Waldomir Lima de Paula a presente Moção de Pesar pelo seu falecimento, ocorrido no dia 1º de dezembro, na cidade de Cáceres, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos Deputados que a compõem, consternada e expressando o sentimento do povo mato-grossense, envia aos familiares do saudoso Guilherme Waldomir Lima de Paula o mais profundo sentimento de pesar pelo seu falecimento, ocorrido no dia 1º de dezembro de 1998, na cidade de Cáceres, neste Estado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 02 de dezembro de 1998.

Deputado JOSÉ LACERDA - PMDB

Deputado WILSON SANTOS - PMDB

Deputado BATICO DE BARROS - PMDB

Deputado NICO BARACAT - PMDB

O SR. PRESIDENTE - Solicito à Bancada do PFL, através da sua Liderança nesta Casa, que providencie a indicação do membro da Comissão Especial que vai apreciar o Projeto de Lei Complementar nº 124/98, de nossa autoria.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, pela Liderança do PFL, indicamos o Deputado Moisés Feltrin.

O SR. PRESIDENTE - Não havendo mais orador inscrito no Pequeno Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Como consta da Pauta da Ordem do Dia a apreciação dos Vetos, convoco os Deputados Batico de Barros e Emanuel Pinheiro para atuarem como escrutinadores.

Solicito ao Deputado Eliene que assuma a 2ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A 2ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE - Solicito à Assessoria que providencie os votos SIM e NÃO no local adequado, bem como as sobrecartas na 2ª Secretaria.

Reitero a convocação dos Deputados Batico de Barros e Emanuel Pinheiro para atuarem como escrutinadores (PAUSA).

Na ausência do Deputado Emanuel Pinheiro, convoco o nobre Deputado Rene Barbour para atuar como escrutinador.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, V. Exª poderia convocar outro Deputado, porque eu tenho a posição de Líder na Bancada...

O SR. PRESIDENTE - Deferido, nobre Deputado.

Convoco o nobre Deputado Novelli para atuar como escrutinador.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

Em discussão única, Veto Total n° 49/98, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei Complementar n° 02/95, de autoria do Deputado Riva, que regulamenta os cargos em comissão da Administração Pública Direta e Indireta. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça à manutenção do Veto.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação...

Solicito ao Sr. 1° Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

Alerto os Srs. Deputados para o § 1° do Artigo 400: “Votarão SIM os Deputados favoráveis ao dispositivo vetado, e NÃO os favoráveis ao Veto”. Portanto, NÃO mantém o Veto e SIM derruba o Veto.

O Sr. Benedito Pinto - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Apenas para informar aos Srs. Deputados que, na nova consolidação do nosso Regimento Interno, esse assunto é tratado no Parágrafo único do Artigo 405, que diz: “Votarão SIM os Deputados favoráveis ao dispositivo vetado, e NÃO os favoráveis ao veto”.

O SR. PRESIDENTE - Apenas para informar ao Deputado Benedito Pinto que o Regimento Interno consolidado ainda não foi entregue aos Srs. Deputados. Ele será editado nos próximos dias, inclusive a gráfica nos garantiu o prazo de oito dias.

Solicito ao Sr. 1° Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Deputado Benedito Pinto, Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Moisés Feltrin, Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE), Deputado Roberto Nunes (AUSENTE), Deputado Chico Daltro, Deputado Novelli, Deputado Luiz Soares, Deputado Rene Barbour, Deputado Ricarte de Freitas (AUSENTE), Deputado Nico Baracat, Deputado José Lacerda, Deputado Pedro Satélite, Deputado Batico de Barros, Deputado Wilson Santos, Deputado Manoel do Presidente (AUSENTE), Deputado Quinca dos Santos, Deputado Paulo Moura (AUSENTE), Deputado Eliene, Deputada Zilda (AUSENTE), Deputado Amador Tut, Deputada Serys Slhessarenko (AUSENTE), Deputado Riva...

O SR. PRESIDENTE - Convido o Sr. Deputado Rene Barbour para assumir a Presidência.

(O SR. DEPUTADO RENE BARBOUR ASSUME A PRESIDÊNCIA, MOMENTANEAMENTE, ENQUANTO O PRESIDENTE TITULAR EXERCE O DIREITO DE VOTO.)

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 1° Secretário que proceda à segunda chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE), Deputado Ricarte de Freitas (AUSENTE), Deputado Roberto Nunes (AUSENTE); Deputado Manoel do Presidente (AUSENTE), Deputado Paulo Moura (AUSENTE); Deputada Zilda (AUSENTE); Deputada Serys Slhessarenko (AUSENTE).

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 2° Secretário que verifique se o número de sobrecartas confere com o número de votantes e, em seguida, proceda à apuração.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, o número de votantes confere com o número de sobrecartas depositadas na urna. Votaram 17 Srs. Deputados, sendo 09 NÃO e 08 SIM.

O SR. PRESIDENTE - Portanto, mantido o Veto, rejeitada a matéria. Vai ao Arquivo.

Em discussão única, Veto Parcial nº 75/97, de autoria do Poder Executivo, que estabelece normas e critérios para os concursos de ingresso e de remoção de titulares de serviços notariais e de registro e dispõe sobre a ação disciplinar relativa a notários e registradores.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Benedito Pinto, Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Moisés Feltrin, Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE), Deputado Roberto Nunes (AUSENTE), Deputado Chico Daltro, Deputado Novelli, Deputado Luiz Soares (AUSENTE), Deputado Rene Barbour, Deputado Ricarte de Freitas (AUSENTE), Deputado Nico Baracat, Deputado José Lacerda, Deputado Pedro Satélite, Deputado Batico de Barros, Deputado Wilson Santos, Deputado Manoel do Presidente (AUSENTE), Deputado Quinca dos Santos, Deputado Paulo Moura (AUSENTE), Deputado Eliene, Deputada Zilda (AUSENTE), Deputado Amador Tut, Deputada Serys Slhessarenko (AUSENTE), Deputado Riva...

O SR. PRESIDENTE - Convido o Sr. Deputado Rene Barbour para assumir a Presidência.

(O SR. DEPUTADO RENE BARBOUR ASSUME A PRESIDÊNCIA, MOMENTANEAMENTE, ENQUANTO O PRESIDENTE TITULAR EXERCE O DIREITO DE VOTO.)

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à segunda chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE), Deputado Luiz Soares (AUSENTE); Deputado Ricarte de Freitas (AUSENTE), Deputado Roberto Nunes (AUSENTE); Deputado Manoel do Presidente (AUSENTE), Deputado Paulo Moura (AUSENTE); Deputada Zilda (AUSENTE); e Deputada Serys Slhessarenko (AUSENTE).

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 2º Secretário que verifique se o número de sobrecartas confere com o número de votantes e, em seguida, proceda à apuração.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, o número de votantes confere com o número de sobrecartas depositadas na urna. Votaram 16 Srs. Deputados, sendo 13 SIM e 03 NÃO.

O SR. PRESIDENTE - Portanto, derrubado o Veto Parcial, mantido o Projeto original. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Veto Total nº 50/98, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 176/96, de autoria do Deputado Riva, que modifica dispositivos da Lei nº 6.672 de 20 de outubro de 1995, que dispõe sobre a pesca, estabelecendo medidas de proteção à ictiofauna e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça à derrubada do Veto.

Em discussão...

O Sr. Benedito Pinto - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o Deputado Benedito Pinto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em minhas mãos o Veto Total nº 50/98, que foi apostado ao Projeto de Lei de autoria do Deputado Riva e ao Substitutivo Integral de minha autoria, que trata da nova lei da pesca.

Nós gostaríamos de solicitar aos Srs. Deputados que votem pela derrubada desse Veto, uma vez que está em jogo aqui a vida de milhares de cidadãos, especialmente dos ribeirinhos. Vejam bem a situação por que passa hoje um pai de família que, por algum motivo, escolheu como meio de vida para sua sobrevivência a pesca!

Este Projeto foi muito bem pensado e trabalhado, a fim de que pudéssemos dar dignidade a esse pai de família que vive o dia-a-dia ribeirinho, nas bacias que compõem o Estado de Mato Grosso. Temos três bacias distintas. Nós temos que ter o devido cuidado para não cometer injustiças com uma lei. Se esta lei fosse prejudicial ao Estado de Mato Grosso, se esta lei trouxesse prejuízo ao meio ambiente, se esta lei trouxesse depredação ao meio ambiente, o Governo não teria encaminhado uma outra lei, quase semelhante a esta, para dizer que esta estava errada e que a outra está certa.

Eu quero contar com os Srs. Deputados porque o destino nos trouxe aqui. Havia o privilégio de sermos o Relator, Deputado Luiz Soares, da lei que o Governo encaminhou após vetar essa, que é praticamente um Substitutivo Integral de minha autoria. Eu creio que se nós derrubarmos o Veto do Governo do Estado não será preciso fazer outro Substitutivo a esse Projeto de lei que eu sou o Relator e que se encontra em nossas mãos para exararmos Parecer, uma vez que esse Projeto é justo, faz justiça com os pais de família que vivem da pesca no Estado de Mato Grosso. Eu creio que o mesmo direito que o pescador tem à vida, outros cidadãos o têm. E nós não podemos, de forma nenhuma, preservar o meio ambiente e matar o homem. Nós temos que fazer com que a convivência do homem com o meio ambiente seja harmônica, para a preservação da vida!

O que está acontecendo é que este Projeto de lei, simplesmente, traz a dignidade ao pescador, e esta Casa, no dia 27 de maio de 1998, aprovou por unanimidade o Projeto com o Substitutivo Integral, de minha autoria, que teve como Relator o Deputado Ricarte de Freitas e como membros o Deputado Wilson Santos e o Deputado Humberto Bosaipo, ambos votaram pela aprovação na Comissão.

Lembro-me muito bem que no dia da votação, Srs. Deputados, nós tínhamos aqui, aproximadamente, duzentos pescadores de diversas partes do Estado de Mato Grosso, que vieram aqui buscar o direito que eles têm como cidadãos e pais de família.

O Sr. Wilson Santos - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. BENEDITO PINTO - Concedo um aparte, Deputado Wilson Santos.

O Sr. Wilson Santos - Vossa Excelência, como brilhante pescador, colheu centenas de votos dessa seara de trabalhadores ribeirinhos, de maneira muito justa com eles, porque fui testemunha de sua determinação em defendê-los nesta Casa.

A questão do meio ambiente é uma questão recente para a sociedade mundial, especialmente para nós da sociedade latino-americana. Eu acho que o Brasil tem avançado muito nessa questão, e a sua proposta, em comparação com a proposta do Governo, é muito melhor. Ela visa à preservação ambiental, mas ela garante também o trabalho, o ganha-pão de cada um.

O que não podemos é evitar que haja o consenso entre estas duas modalidades, a preservação ambiental e o trabalho.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE
1998, ÀS 21:00 HORAS.

Então, como V. Ex^a já havia dito, nós votamos pela aprovação dessa matéria e não poderíamos, nesta noite, votar pela manutenção do Veto. Já depositamos nesta urna o nosso voto favorável à derrubada do Veto, votando SIM.

Eu tenho certeza de que todos os colegas aqui farão coro para que os treze votos suficientes sejam apresentados e esse Veto seja derrubado, até porque eu tenho certeza de que o Governo não tem muita rejeição e oposição a essa matéria.

Parabéns, Deputado! Antes das eleições, V. Ex^a defendeu isso, e depois continuou defendendo a mesma coisa.

Parabéns! Mesmo não havendo nas galerias, talvez, nenhum representante dos pescadores, como havia na época da votação do projeto original, apesar da ausência deles, V. Ex^a se faz presente na tribuna para, com muita competência, defender o voto favorável à manutenção original daquele Projeto. Parabéns!

O SR. BENEDITO PINTO - Muito obrigado, Deputado Wilson Santos.

Não vou me alongar nesse assunto, porque eu entendo que, na verdade, os Srs. Deputados conhecem profundamente a matéria, porque já foi debatida exaustivamente na época de sua tramitação. Nós proporcionamos, inclusive, audiências públicas para debater juntamente com as entidades representativas - e aqui vieram diversos representantes para trazer as suas idéias. Desse conjunto saiu esse Projeto, o que sem dúvida vai beneficiar o pai de família, o pescador profissional, aquele homem que hoje, na época da Piracema, está com a sua tralha de pesca guardada, porque respeita o período de procriação das diversas espécies dos nossos rios e das nossas bacias.

Portanto, eu quero, nesta oportunidade, contar com o voto de cada um dos Srs. Deputados aqui presentes para derrubar o Veto, porque só assim nós estaremos confirmando a votação unânime ocorrida no dia 07 de maio de 1998. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão...

O Sr. Amador Tut - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nós vamos resumir bem, ser bem objetivo.

O Deputado Benedito Pinto alegou que o Governador mandou um Projeto de Lei para ser aprovado por esta Casa que é quase igual ao dele. Então, eu gostaria de saber do Deputado Benedito Pinto se para as falhas que tem no Projeto do Governador, nós não teríamos jeito de apresentar emendas, porque nós o votariamos de fato. Nós fazemos as emendas que forem necessárias, porque se nós ficarmos brigando com esse aqui, que talvez quis ser caprichado demais, vai ser impossível.

Na realidade, no dia em que nós votamos esse Projeto - eu até contei -, nós tínhamos aqui dezenove Srs. Deputados e todo mundo jurou "de pé junto" que ia derrubar o Veto. Nós estamos assistindo, hoje, ao pai de família passando fome com os filhos, passando dificuldade. Estamos assistindo ao abuso por parte da polícia florestal, por parte do meio ambiente, está tendo um desrespeito muito grande.

Sr. Presidente, eu vou fazer um pedido: inverta a apreciação deste Veto até que o Deputado Benedito Pinto faça um relato da matéria que o Governador mandou, vamos deixar este Veto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE
1998, ÀS 21:00 HORAS.

Nós não podemos esquecer o ser humano, não podemos simplesmente pensar no meio ambiente e esquecer o ser humano. Então, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE - Informo ao Deputado Amador Tut que infelizmente não podemos inverter. É justo o seu pedido, mas o Veto consta da Pauta e nós definimos no Colégio de Líderes que votaríamos, hoje, todos os Vetos.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nós estamos julgando a vida de centenas de pessoas que vivem, que tiram sua sobrevivência disso aí, e que estão sofrendo as pressões, uma coisa totalmente impossível.

(A SR^a DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. AMADOR TUT - Pois é, eu voto SIM, mas nós precisamos de treze votos. E hoje nós não temos esses treze votos, só se o Deputado Luiz Soares prometer que vota SIM, aí nós contamos os votos...

Eu sempre acompanhei a Mesa com os pedidos do Deputado Luiz Soares, mas eu gostaria que nós tivéssemos um pouco de atenção para com esses cidadãos que precisam de nós. Um pai de família que não tem o que comer em casa, vai buscar o peixe e acaba sendo preso. Há alguns fatos - é claro que tem alguns bandidos no meio - que são dolorosos e que nós assistimos por aí, inclusive de tomar dois ou três peixes... E não querem nem saber, simplesmente são presos, condenados à multa pesada. Daí para frente esse cidadão não é mais um pescador predador, ele é mais um bandido revoltado com a própria sociedade. Então, sobre esse fato nós temos que pensar mais um pouco. Eu gostaria que V. Ex^{as} analisassem.

A nossa vida talvez... Agora mesmo, nós estávamos pegando um lanche e ouvimos o Deputado Rene Barbour falar para o Deputado Novelli: “Como é bom comer quando se está com fome!”. Aí eu falei para os dois: Vocês dois nunca passaram fome! Mas tem gente que passa fome mesmo. Tem gente que passa fome de verdade, não é de brincadeira, não! Tem muita criancinha nos barrancos dos rios por aí que passa fome de verdade.

Eu gostaria que analisássemos com bastante carinho. Se nós pudéssemos protelar... Eu acho que, se o Plenário definir, Sr. Presidente, nós poderíamos fazer a conciliação do Projeto de Lei com esse Projeto vetado. E, talvez - não desrespeitando, mas fazendo essa inversão - nós votaríamos os outros quatro Vetos que estão aí, porque isso é uma coisa de extrema necessidade para aquele que precisa dar a sobrevivência para sua família.

Então, eu peço mais uma vez: vamos inverter e vamos fazer a comparação com o Projeto de Lei envidado pelo Governador do Estado, fazer a substituição, mas não vamos largar esse povo, porque se for para esta Casa não opinar, não votar, não justifica termos o Parlamento. O Parlamento é justamente para olharmos os dois lados. Somos nós que temos condições de estar lá na Baía de Chacororé, nós que temos condições de estar na beira do rio Teles Pires, não é o Governo majoritário que dá conta de ver tudo isso.

Então, nós assistimos a uma dezena de “visuais” diferentes dos que o Governo vê. E o Governo também, pressionado por esses instrumentos internacionais, que simplesmente têm o poder econômico para fazer suas pressões, então vêm e colocam despercebidamente, às vezes até engole a mensagem. Mas pode ter certeza de que muitos governos já se arrependeram daquilo que fizeram e talvez esteja na hora de aproveitarmos, porque até voltarmos a ter oportunidade de ter um Veto desse derrubado, vai ser um tempo muito longo.

O Sr. José Lacerda - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

O SR. AMADOR TUT - Concedo o aparte ao nobre Deputado.

O Sr. José Lacerda - Deputado Amador Tut, eu acho que ninguém discute a preservação do meio ambiente e a conservação, porque se preserva aquilo que já foi deteriorado e se conserva aquilo que ainda existe.

Na realidade, nessa questão da pesca, nós não estamos vendo nenhum interesse na conservação e na reposição das espécies existentes, porque até hoje não houve uma pesquisa científica em nenhum rio do Estado de Mato Grosso, para conhecer a qualidade e as espécies de peixe existentes, a quantidade por espécie e a quantidade por volume de água, um controle de microorganismos para que se pudesse ter uma análise para saber qual a quantidade e qual a espécie que tem em maior quantidade.

Quem sabe, por exemplo, hoje, qual a quantidade de piranhas existentes no rio? Qual a quantidade de outras espécies carnívoras? Essas espécies são predadoras, como não se tem um controle biológico nesse sentido e um controle de quantidade por metro e por volume, nós estamos atravessando aqui, querendo “tapar o sol com a peneira”, buscando Projeto de Lei que apenas e tão-somente “tapa o sol com a peneira”.

A derrubada deste Projeto, por exemplo, baseia-se no fato de que uma cooperativa não pode transportar, em uma única carga, dez toneladas.

Meu Deus, nós estamos impedindo o princípio da legalidade, porque a cooperativa pode transportar dois lotes de cinco toneladas, mas não pode transportar um de dez! Então, onera-se o frete! Não é que não pode transportar o peixe, pode, está se limitando o volume. Para levar daqui para outro ponto, uma cooperativa de pescado - e nós só temos uma no Estado, que é a COOPERPEIXE -, vai ter que transportar esse pescado, para levar da cooperativa até o consumidor, em cinco lotes de cinco ou em dez lotes de um, mas os dez mil ela vai comercializar da mesma forma. Então, nós estamos criando mecanismos jurídicos e, exatamente, obrigando o cidadão a cometer a fraude!

Eu acredito que nós devemos manter o projeto original, a proposta substitutiva do Deputado Benedito Pinto, porque eu acho que ele é importante. E se o Governo, de fato, quer conservar e preservar o meio ambiente, especialmente na área da biodiversidade, na área animal, na questão do peixe, da piscicultura do Estado, que apóie o programa de piscicultura em cativeiro, que apóie financeiramente os “tanques-redes”...
(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO SE ENCONTRA ESGOTADO.)

O Sr. José Lacerda - ... e que apóie exatamente o repovoamento dos rios através de laboratórios, que custam absolutamente nada! E Mato Grosso tem uma quantidade representativa de técnicos no Estado, que são capazes de fazer o repovoamento dos rios, dos lagos, dos córregos e de toda a malha hídrica que nós temos dentro do Estado.

O SR. PRESIDENTE - Continua com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Amador Tut.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, eu sei que não preciso mais tomar tempo, mas eu quero que V. Ex^{as} analisem com critério, com carinho.

Eu peço ao Líder do Governo que se lembre de que há muitas famílias ribeirinhas, e elas não podem ser “depredadas”, não podem ser tratadas no nível que têm sido tratadas pelos representantes da Defesa, pelos representantes da Polícia Florestal, que estão usando e abusando.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

Nós temos assistido, Deputado Luiz Soares... Às vezes, o “nego” coloca dentro do bagageiro do carro uma caixa de isopor com cinco, seis quilos de peixes... E o estardalhaço que eles arrumam em cima daquilo é um negócio, assim, fora de nível, querendo aparecer. Inclusive, já chegaram até a prender carro, a prender cobrador, simplesmente porque não viram o que era aquilo. Mas é uma coisa impossível, abusiva... Eles jogam fora, desperdiçam, cometem um pouco de desrespeito.

Então, eu diria que não é este Projeto de Lei que vai empobrecer o Estado; muito pelo contrário, ele dará tranqüilidade a muitos ribeirinhos. Portanto, eu peço de coração - eu tenho atendido os seus pedidos de voto e agora eu peço esse com carinho - que V. Ex^a direcione a sua Bancada para que ela vote pela derrubada deste Veto. E aos demais companheiros também, porque nós assumimos o compromisso aqui, perante os senhores pescadores, de que nós faríamos isso!

Então, eu peço aos Senhores - nem que nós tenhamos que mudar essa lei daqui a alguns dias - que seja derrubado este Veto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. Nico Baracat - Para encaminhar votação, Sr. Presidente.

O Sr. Luiz Soares - Para encaminhar votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para encaminhar votação, o nobre Deputado Nico Baracat e, em seguida, o nobre Deputado Luiz Soares.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós encaminhamos e orientamos a Bancada do PMDB para votar contra o Veto do Governador. O PMDB, com cinco Deputados nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para encaminhar votação, o nobre Deputado Luiz Soares.

O SR. LUIZ SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é do meu feito promover discussão de matérias vetadas pelo Poder Executivo, muito menos patrocinar o encaminhamento orientador de votação desta tribuna.

Entretanto, diante do apelo deste ilustre Deputado e caro amigo, Amador Tut, eu decidi vir a esta tribuna tecer alguns comentários sobre esta matéria vetada.

Pela argumentação do Deputado Amador Tut, resta claro que ele compreende que a matéria vetada pelo Governador e o Veto em si traria extraordinário prejuízo à classe dos pescadores, dos trabalhadores mato-grossenses que vivem da pesca. E isso é apenas desvio de interpretação do ilustre Deputado, até porque o autor do Substitutivo Integral ao Projeto de Lei de autoria do Deputado Riva, Deputado Benedito Pinto, reconheceu desta tribuna, ao debater, ao discutir a matéria, que pouca coisa foi alterada na matéria encaminhada, e já em tramitação, pelo Poder Executivo que, ato seguinte, ao vetar essa matéria, elaborou novo Projeto de Lei e o encaminhou à Assembléia Legislativa para apreciação.

Não causa, Deputado Amador Tut, de maneira nenhuma, prejuízo ao pequeno pescador, ao trabalhador que vive da pesca e às suas famílias, absolutamente. A matéria aqui aprovada no passado, e vetada pelo Governador, trazia algum vício, contrariando o interesse público. Então, essa matéria foi vetada e foi promovida uma discussão com a sociedade. O Conselho Estadual de Meio Ambiente e outras instituições e entidades chegaram à conclusão de encaminhar ao Governador esse pleito para que, novamente, a matéria fosse reapresentada sem causar esse prejuízo ao pescador.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE
1998, ÀS 21:00 HORAS.

Agora é certo que, como se encontra a matéria aprovada inicialmente, há não um prejuízo ao pescador, mas um extraordinário favorecimento àqueles que, diferentemente de V. Ex^a e da maioria dos empresários da classe produtora desse Estado, que recolhe seus tributos aos cofres públicos, aqui há, seguramente, também um privilegiamento, senão... Eu não encontraria outra palavra para aqueles frigoríficos sonegadores de impostos, a maioria, que encontra na matéria originária, alterada por este Projeto de Lei, e na proposta nova do Governo, um empecilho para continuarem a enriquecer, a locupletar, a não devolver, através do recolhimento de tributos, a sua contribuição a um processo de devolução que o Estado deve ter no alcance social, no desenvolvimento social das pessoas, incluindo os pescadores, que na verdade são reféns, são pessoas que têm que trabalhar e que muitas vezes até o fazem por conta da comida. Esta é a grande realidade da maioria dos rios, especialmente do nosso Rio Cuiabá.

Mas, de qualquer maneira, eu tenho convicção de que esse debate e esse aprofundamento podem ser feitos por este Parlamento, não neste momento em que temos que votar SIM ou NÃO, mas de forma mais transparente, na matéria que está tramitando na Casa, nesse Substitutivo que foi encaminhado à sanção e o Governador vetou. O autor, o Deputado Benedito Pinto, tem o instrumento necessário como Relator. Ele pode, na Comissão, convocar audiências públicas, promover um debate mais claro, e aí teremos uma motivação maior a contribuir para efetivamente sabermos quem ganha ou quem perde - ou, o ideal, que todos possam ganhar com essa nova lei.

A matéria está na Casa, Deputado Amador Tut, e não há interesse do Governo do Estado, quando apõe esse Veto, em prejudicar os trabalhadores da pesca, os pescadores. Há, sim, o desejo de fazer justiça, de fazer com que possa também não haver privilegiamento, não haver superproteção a alguns já bastante favorecidos, eu não diria só pela sorte.

De sorte que eu queria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer esses comentários em respeito, em consideração ao Deputado Amador Tut - e com especial carinho ao amigo Deputado Amador Tut -, dizendo que nós temos, sim, neste momento, uma oportunidade ímpar de zerar um processo e reiniciarmos em um curto espaço de tempo, porque a matéria já está praticamente pronta aqui, apenas podemos melhorá-la e fazer um amplo debate, com a consciência tranqüila de que ninguém está sendo prejudicado, nenhum dos trabalhadores que vivem da pesca no Estado de Mato Grosso.

Portanto, eu quis fazer essas explicações para poder afirmar a V. Ex^a que nós temos a oportunidade e que, lamentavelmente, essas mesmas razões, eu não poderei atender a sua solicitação, o seu pedido. Eu tenho, por dever de ofício, por entender que esta é uma oportunidade ímpar de zerarmos o processo e começarmos um debate produtivo e uma lei melhor até que aquela que estava em vigor, que recomendar aos membros da Bancada do Governo, aos Parlamentares que dão sustentação política ao Governo neste Parlamento e lá fora na sociedade, que votem NÃO, fazendo com que possa o Veto ser mantido. E também abrir ao Deputado Benedito Pinto, Relator da matéria em tramitação nesta Casa, uma nova Lei da Pesca, a oportunidade, imediatamente, de ampliar esse debate para que possamos criar uma lei que não seja apenas motivadora desta ou daquela manifestação favorável, desta ou daquela outra categoria, mas que possamos aprofundar o debate e gerar, produzir neste Parlamento uma lei que possa ser mais justa, que possa ser efetivamente bem aplicada.

E, também, lembrar ao Deputado Amador Tut que os maus-tratos, a truculência eventual de um membro da Polícia Florestal não é privilégio dessa Polícia

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

Florestal, nem apenas contra o pescador, mas é uma realidade lamentável, porque ainda temos policiais militares neste País com toda uma formação autoritária, com toda uma formação no regime de Ditadura Militar, do qual saímos, graças a Deus e à luta do povo brasileiro, recentemente.

Eu quero reconhecer que a nossa Polícia tem também os seus desiguais, e que nenhum cidadão, mesmo da maior importância e no exercício pleno do mandato popular, com a legitimidade do mandato popular, está totalmente livre, Deputado Humberto Bosaipo, de sofrer com essa truculência. O Deputado Amador Tut foi vítima e sabe disso. Nós só temos a lamentar, não aceitamos essa truculência com o Deputado, com nenhum trabalhador, com nenhum ser humano na Terra - e a nossa terra é o Estado de Mato Grosso. Mas não é exatamente o Veto e tampouco a Lei da Pesca que dá o elemento para a violência, para a truculência do mal policial, e existem os bons.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

○ SR. PRESIDENTE - Continua em votação (PAUSA)...

○ Sr. Moisés Feltrin - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

○ SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Moisés Feltrin.

○ SR. MOISÉS FELTRIN - Sr. Presidente, a orientação desta Liderança é que se vote SIM, derrubando assim o Veto.

○ SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

○ SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Benedito Pinto, Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Moisés Feltrin, Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE), Deputado Roberto Nunes, Deputado Chico Daltro, Deputado Novelli, Deputado Luiz Soares, Deputado Rene Barbour, Deputado Ricarte de Freitas (AUSENTE), Deputado Nico Baracat, Deputado José Lacerda, Deputado Pedro Satélite, Deputado Baticó de Barros, Deputado Wilson Santos, Deputado Manoel do Presidente (AUSENTE), Deputado Quinca dos Santos (AUSENTE), Deputado Paulo Moura (AUSENTE), Deputado Eliene, Deputada Zilda (AUSENTE), Deputado Amador Tut, Deputada Serys Slhessarenko, Deputado Riva...

○ SR. PRESIDENTE - Solicito ao Deputado Benedito Pinto, 2º Vice-Presidente, que assuma a Presidência.

(○ SR. DEPUTADO BENEDITO PINTO ASSUME A PRESIDÊNCIA MOMENTANEAMENTE, ENQUANTO O PRESIDENTE TITULAR EXERCE O DIREITO DE VOTO.)

○ SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à segunda chamada dos Srs. Deputados.

○ SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE); Ricarte de Freitas (AUSENTE); Deputado Manoel do Presidente (AUSENTE); Deputado Quinca dos Santos (AUSENTE), Deputado Paulo Moura (AUSENTE) e Deputada Zilda (AUSENTE).

○ SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 2º Secretário que verifique se o número de sobrecartas confere com o número de votantes e que, em seguida, proceda à apuração.

○ SR. 2º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, o número de votantes confere com o número de sobrecartas depositadas na urna. Votaram 18 Srs. Deputados, sendo 12 SIM e 06 NÃO.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE - Portanto, mantido o Veto, rejeitada a matéria. Vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão única, Veto Total nº 51/98, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei Complementar nº 06/97, de autoria do Deputado Riva, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 34, de 06/01/95. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça à manutenção do Veto.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação...

Informo que SIM derruba o Veto e NÃO mantém o Veto.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Benedito Pinto, Deputado Emanuel Pinheiro...

O Sr. Moisés Feltrin - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Moisés Feltrin.

O SR. MOISÉS FELTRIN - Sr. Presidente, a orientação desta Liderança é para votar SIM, pela derrubada do Veto.

O SR. 1º SECRETÁRIO - ... Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Moisés Feltrin, Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE), Deputado Roberto Nunes, Deputado Chico Daltro, Deputado Novelli, Deputado Luiz Soares, Deputado Rene Barbour (AUSENTE), Deputado Ricarte de Freitas (AUSENTE), Deputado Nico Baracat, Deputado José Lacerda, Deputado Pedro Satélite (AUSENTE), Deputado Batico de Barros, Deputado Wilson Santos, Deputado Manoel do Presidente (AUSENTE), Deputado Quinca dos Santos (AUSENTE), Deputado Paulo Moura (AUSENTE), Deputado Eliene, Deputada Zilda (AUSENTE), Deputado Amador Tut, Deputada Serys Shhessarenko, Deputado Riva...

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Deputado Moisés Feltrin que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO MOISÉS FELTRIN ASSUME A PRESIDÊNCIA MOMENTANEAMENTE, ENQUANTO O PRESIDENTE TITULAR EXERCE O DIREITO DE VOTO.)

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à segunda chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Rene Barbour (AUSENTE), Deputado Quinca dos Santos (AUSENTE), Deputado Paulo Moura (AUSENTE), Deputada Zilda (AUSENTE), Deputado Ricarte de Freitas (AUSENTE), Deputado Manoel do Presidente (AUSENTE), Deputado Pedro Satélite (AUSENTE) e Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE).

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 2º Secretário que verifique se o número de sobrecartas confere com o número de votantes e que, em seguida, proceda à apuração.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, o número de votantes confere com o número de sobrecartas depositadas na urna. Votaram 16 Srs. Deputados, sendo 10 SIM e 06 NÃO.

O SR. PRESIDENTE - Portanto, mantido o Veto, rejeitada a matéria. Vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão única, Veto Total nº 52/98, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 102/98, de autoria do Deputado José Lacerda, que obriga o Estado de Mato Grosso a receber o certificado de crédito emitido pela Secretaria de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

Estado de Fazenda no encontro de contas, pagamento e/ou compensação de ICMS. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça à manutenção do Veto.

Em discussão...

O Sr. José Lacerda - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado José Lacerda, que dispõe de 40 minutos.

O SR. JOSÉ LACERDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o presente Projeto de Lei traz um benefício ao Estado e traz um benefício também para as pessoas que têm crédito e débito com o Estado.

Eu não entendo porque o argumento do Governo do Estado, em seu parecer, em seu relatório, é que há vício de iniciativa - não há nenhuma inconstitucionalidade, nem ilegalidade, e sim, vício de iniciativa.

Na realidade, este Projeto, Deputado Amador Tut, estaria beneficiando o Estado da seguinte forma: um cidadão deve ICMS ao Estado e, pela crise, por falta de circulação de moeda, não está conseguindo cumprir sua obrigação em relação a esses débitos, mas em contrapartida este mesmo cidadão tem um crédito do Estado para com ele; o Estado também não está tendo a capacidade financeira de honrar, mas também é uma obrigação do Estado honrar seus compromissos com os seus credores, não é apenas e tão-somente o cidadão que tem a responsabilidade de pagar ao Estado o que deve. O Estado tem a responsabilidade de pagar também o que deve a terceiros.

Então, este Projeto apenas e tão-somente autoriza o Estado a fazer a compensação de crédito e débito. São débitos declarados e escritos, e créditos também declarados e escritos. É perfeitamente possível! Este Projeto traz ao Estado a possibilidade de receber o ICMS que lhe é devido e que ele não está conseguindo receber, e traz também ao Estado a oportunidade de pagar as pessoas a quem ele está devendo e que não está tendo a capacidade financeira de efetuar o pagamento.

Eu não entendo porque o Executivo alega vício na iniciativa do Projeto e não alega nem inconstitucionalidade, nem ilegalidade...

O Sr. Amador Tut - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ LACERDA - Então, Srs. Deputados, eu entendo perfeitamente que não há ilegalidade nem inconstitucionalidade neste Projeto. É perfeitamente possível a iniciativa do Legislativo. O Poder Legislativo tem competência, sim, para elaborar leis autorizativas. Esta lei autoriza, não obriga, há uma diferença. O Executivo vai executar se for do seu interesse fazer essa compensação de crédito e débito, ele não tem a obrigação, mas sim um mecanismo jurídico para fazer essa compensação. O que ele já vem fazendo na prática, sem autorização legal.

Na realidade, Srs. Deputados, é exatamente esta a intenção e o objetivo deste Projeto de Lei, e eu quero solicitar a todos os Srs. Deputados o apoio.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Amador Tut.

O Sr. Amador Tut - Este Projeto de Lei, Deputado José Lacerda, simplesmente faz com que o cidadão tenha a oportunidade de se legalizar, não se tornar inadimplente.

O Governo, ao negar essa autorização, esse projeto de lei autorizativa, está simplesmente fazendo daquela forma: "Eu vendo no cheque, desde que não seja o meu cheque". Está vendo, Deputado José Lacerda? O Governo vende no cheque, mas não pode ser o cheque dele, tem que ser o cheque só do comprador. É a mesma coisa que eu sair na rua e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

falar: “Olha, eu vou vender para você no cheque, mas não pode ser o meu cheque. O meu, não recebo”.

Então, o que é que o Governo está fazendo? Está provando que ele não quer responder pelos seus atos - e os cidadãos têm que responder - e deixando dezenas de pessoas enroladas, sem o CPF “limpo”.

(NESTE MOMENTO, OS DEPUTADOS AMADOR TUT E JOSÉ LACERDA FALAM AO MESMO TEMPO - INAUDÍVEL.)

O SR. JOSÉ LACERDA - Deputado Amador Tut, entendemos perfeitamente que em períodos de crise os governos precisam ter criatividade...

O Sr. Amador Tut - Pois é, é por isso que estou dizendo para V. Ex^a!

O SR. JOSÉ LACERDA - E este é um mecanismo...

O Sr. Amador Tut - O que é o melhor? Ele receber seu próprio cheque para legalizar o cidadão, para o cidadão passar a ser um homem, às vezes, cumpridor dos seus deveres. Vai acabar acontecendo que esses cidadãos que não conseguem pôr a sua vida em dia, se torna a cada dia mais corrupto contra o Estado.

Então, é questão de bom senso!

O SR. JOSÉ LACERDA - Este é um mecanismo jurídico, Deputado - completando o que V. Ex^a está colocando -, que oportuniza o cidadão a se legalizar! Para voltar à sua atividade normal, porque ele tem crédito com o Estado, o Estado lhe deve! Por que ele tem obrigação de honrar os seus compromissos?

Por exemplo: um fornecedor de equipamentos, de peças, de qualquer produto para o Estado, quando entrega esse produto ao Estado, ali dentro, no valor do produto, está embutido o ICMS. O ICMS o Governo quer receber, mas ele não paga a quem lhe entregou o produto! Quer dizer, qual é o prejuízo que estaria trazendo para o Estado, se fosse permitida essa compensação de crédito e débito, se ele tem a receber e a pagar? O que acontece com isso, Deputado?

O Sr. Amador Tut - É o que eu estou explicando, Deputado! Significa que o Governo quer vender, quer receber, mas não quer receber seu próprio débito.

Então, é como estou dizendo, é a mesma coisa da nossa pessoa sair vendendo no cheque e dizer: “Eu recebo cheque, menos o meu, o meu eu não recebo”.

Nós assistimos, via televisão, o CDL nacional fazendo uma campanha para legalizar a vida dos cidadãos, e hoje eles declararam que foi a melhor coisa, porque acertou a vida não só dos inadimplentes, mas do próprio vendedor. O vendedor deu oportunidade para que o comprador se legalizasse, porque “é melhor ter um pássaro na mão que um bando voando”. É o que está acontecendo com o Estado, com as prefeituras...

O SR. JOSÉ LACERDA - Completando, Deputado, com este Projeto o Estado melhora a sua capacidade de endividamento, que ele perdeu. Por que ele perdeu a sua capacidade de endividamento? Porque, além das dívidas com a União, ele tem dívidas de empréstimo com terceiros e ele não tem capacidade de endividamento, porque a sua dívida é alta. Ele tem um crédito representativo, que é o crédito do ICMS, mas ele não está conseguindo receber esse crédito. Isto também é verdade! Existem muitos créditos que ele não consegue receber de pessoas que deixaram de pagar e que estão sonogando. Isto é um fato! Ninguém desconhece este fato. Para as pessoas que querem saldar esse compromisso, mas buscam também receber o seu crédito, nada mais legítimo que o Estado honrar sua parte e o cidadão também honrar sua parte.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

O Sr. Amador Tut - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação...

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Emanuel Pinheiro (AUSENTE), Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Moisés Feltrin, Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE), Deputado Roberto Nunes, Deputado Chico Daltro, Deputado Novelli, Deputado Luiz Soares, Deputado Rene Barbour (AUSENTE), Deputado Ricarte de Freitas (AUSENTE), Deputado Nico Baracat, Deputado José Lacerda, Deputado Pedro Satélite, Deputado Batico de Barros, Deputado Wilson Santos (AUSENTE), Deputado Manoel do Presidente (AUSENTE), Deputado Quinca dos Santos (AUSENTE), Deputado Paulo Moura (AUSENTE), Deputada Zilda (AUSENTE), Deputado Amador Tut, Deputada Serys Shessarenko, Deputado Eliene (AUSENTE), Deputado Benedito Pinto, Deputado Riva...

O SR. PRESIDENTE - Convido o Deputado Moisés Feltrin para assumir a Presidência.

(O SR. DEPUTADO MOISÉS FELTRIN ASSUME A PRESIDÊNCIA MOMENTANEAMENTE, ENQUANTO O PRESIDENTE TITULAR EXERCE O DIREITO DE VOTO.)

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à segunda chamada dos Srs. Deputados.

A SR. 2º SECRETÁRIO - Deputado Emanuel Pinheiro (AUSENTE), Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE), Deputado Rene Barbour (AUSENTE), Deputado Ricarte de Freitas (AUSENTE), Deputado Wilson Santos (AUSENTE), Deputado Manoel do Presidente (AUSENTE), Deputado Quinca dos Santos (AUSENTE), Deputado Paulo Moura (AUSENTE), Deputado Eliene (AUSENTE), Deputada Zilda (AUSENTE).

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 2º Secretário que verifique se o número de sobrecartas confere com o número de votantes e que, em seguida, proceda à apuração.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, o número de votantes confere com o número de sobrecartas depositadas na urna. Votaram 14 Srs. Deputados, sendo 09 SIM e 05 NÃO.

O SR. PRESIDENTE - Portanto, mantido o Veto, rejeitada a matéria. Vai ao Arquivo.

Em discussão única, Veto Total nº 53/98, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 51/98, de autoria do Deputado José Lacerda, que autoriza o Governo do Estado a emitir certificado de crédito referente ao passivo trabalhista e passivo decorrente da relação servidor público/Estado, da Administração Direta, Indireta, Fundacional e Sociedade de Economia Mista e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça à manutenção do Veto.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação...

Informo que SIM derruba o Veto e NÃO mantém o Veto.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Emanuel Pinheiro (AUSENTE), Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Moisés Feltrin, Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE), Deputado Roberto Nunes, Deputado Chico Daltro, Deputado Novelli, Deputado Luiz Soares, Deputado Rene Barbour (AUSENTE), Deputado Ricarte de Freitas (AUSENTE), Deputado Nico

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

Baracat, Deputado José Lacerda, Deputado Pedro Satélite, Deputado Batico de Barros, Deputado Wilson Santos (AUSENTE), Deputado Manoel do Presidente (AUSENTE), Deputado Quinca dos Santos (AUSENTE), Deputado Paulo Moura (AUSENTE), Deputado Eliene (AUSENTE), Deputada Zilda (AUSENTE), Deputado Amador Tut, Deputada Serys Shlessarenko, Deputado Riva, Deputado Benedito Pinto...

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Deputado Moisés Feltrin que assuma a Presidência.

(O SR. DEPUTADO MOISÉS FELTRIN ASSUME A PRESIDÊNCIA MOMENTANEAMENTE, ENQUANTO O PRESIDENTE TITULAR EXERCE O DIREITO DE VOTO.)

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à segunda chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Emanuel Pinheiro (AUSENTE), Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE), Ricarte de Freitas (AUSENTE), Deputado Rene Barbour (AUSENTE), Deputado Wilson Santos (AUSENTE), Deputado Quinca dos Santos (AUSENTE), Deputado Manoel do Presidente (AUSENTE), Deputado Paulo Moura (AUSENTE), Deputado Eliene (AUSENTE) e Deputada Zilda (AUSENTE).

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 2º Secretário que verifique se o número de sobrecartas confere com o número de votantes e que, em seguida, proceda à apuração.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, o número de votantes confere com o número de sobrecartas depositadas na urna. Votaram 14 Srs. Deputados, sendo 08 SIM e 06 NÃO.

O SR. PRESIDENTE - Portanto, mantido o Veto, rejeitada a matéria. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 179/98, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe e define critérios de incorporação de vantagens salariais no âmbito do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em discussão única, Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pelo seguinte Projeto de Resolução:

Autoriza o registro do Contrato nº 258/94/00/00-P.JUR, firmado entre o DVOP e a TRAFECON-Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda.

Art. 1º Autorizar o registro do Contrato nº 258/94/00/00-P.JUR, firmado entre o Departamento de Viação e Obras Públicas-DVOP e a firma TRAFECON-Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda., por supervisão, fiscalização e acompanhamento das obras de pavimentação da Rodovia MT-170, trecho Lambari/Salto do Céu, no valor de R\$373.371,03 (trezentos e setenta e três mil, trezentos e setenta e um reais e três centavos), assinado em 14 de outubro de 1994.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

Em discussão o Projeto de Resolução. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pelo seguinte Projeto de Resolução:

“Aprova o Balancete Financeiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, relativo ao mês de novembro de 1997.

Art. 1º Aprovar o Balancete Financeiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, relativo ao mês de novembro de 1997.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.”

Em discussão o Projeto de Resolução. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 168/98, Mensagem nº 11/98, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a cobrança de serviços executados pela Fundação Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 132/98, de autoria do Deputado Gilmar Fabris, que dispõe sobre o reconhecimento da APAC-Associação de Proteção e Assistência aos Condenados como partícipe não-governamental da política penitenciária do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando dispensa de Pauta para tramitação do Projeto de Lei de autoria da Mesa Diretora, que dispõe e define critérios de incorporação de vantagens salariais no âmbito do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 183/98, de autoria do Tribunal de Justiça, que cria a Comarca de Aripuanã - 1ª Entrância, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça ao Substitutivo Integral.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em Redação Final, Projeto de Lei nº 140/97, de autoria do Deputado Amador Tut:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE
1998, ÀS 21:00 HORAS.

“Dispõe sobre a alteração de limite de velocidade das lombadas eletrônicas para 40 (quarenta) km/h, instaladas nas principais vias no Estado de Mato Grosso.

Art. 1º Fica estabelecida a velocidade de 40 (quarenta) km/h, para as lombadas eletrônicas instaladas nas vias públicas no Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único A velocidade de que trata o *caput* deste artigo será controlada no período compreendido entre 06:00 (seis) e 20:00 (vinte) horas, durante todos os dias da semana.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Em discussão a Redação Final. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

O Sr. Luiz Soares - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Luiz Soares.

O SR. LUIZ SOARES - Gostaria de requerer a V. Ex^a, por estar em 2ª votação, para que nós pudéssemos apreciar as duas Mensagens governamentais aprovadas na Sessão de ontem.

O Sr. José Lacerda - Peço a palavra, para uma Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado José Lacerda.

O SR. JOSÉ LACERDA - A Mensagem aprovada em 1ª discussão vai para a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária e ainda não tem participação da Comissão nesse Projeto.

O SR. LUIZ SOARES - É verdade, Sr. Presidente. Eu retiro o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE - Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 87/98, de autoria do Deputado Quinca dos Santos, que dá nova denominação à Rodovia Estadual MT-336, trecho Barra do Garças/ Toricueje e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 114/98, de autoria do Deputado Lincoln Saggin, que denomina de Rodovia Flávio Ferreira Lima a MT-251. Com Parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 63/98, de autoria do Deputado Wilson Santos, que autoriza o afastamento de servidora mãe de deficiente físico, sensorial ou mental, para o fim que menciona e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado, com o voto contrário da Deputada Serys Slhessarenko. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 149/98, de autoria do Deputado Wilson Santos, que dispõe sobre a desapropriação e a doação de área que menciona e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

O Sr. José Lacerda - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado José Lacerda, que dispõe de 40 minutos.

O SR. JOSÉ LACERDA (PAUSA) - Sr. Presidente, eu venho requerer, se possível, a inversão de Pauta, apesar de não ser o autor da matéria, porque este Projeto é de autoria do Deputado Wilson Santos. Na realidade, a questão da desapropriação não seria um caso a ser resolvido aqui e, sim, através de uma solicitação do Governo do Estado, para que fosse feita a transferência deste imóvel ao Estado, para que ele pudesse dar uma outra destinação. Como o autor não se encontra presente, solicito a inversão de Pauta.

O SR. PRESIDENTE - Deferido, nobre Deputado.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 62/98, de autoria do Deputado Wilson Santos, que dispõe sobre a aquisição de área destinada à reforma agrária e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se o Projeto ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 184/97, de autoria do Deputado José Lacerda, que dispõe sobre as normas e condições para elaboração e comercialização em pequena escala de produtos comestíveis de origem animal e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

O Sr. José Lacerda - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado José Lacerda, que dispõe de 40 minutos.

O SR. JOSÉ LACERDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Mato Grosso tem um problema de natureza grave, que enfrenta neste momento, em relação ao pequeno produtor. O pequeno produtor não consegue comercializar seus produtos, tem vedação da Lei. O que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

pretende este Projeto de Lei é apenas e tão-somente dar oportunidade ao pequeno produtor de leite que faz um doce de leite caseiro, dentro das normas sanitárias, de comercializar o seu produto. Não há nenhum impedimento legal para que o Estado permita que o pequeno produtor comercialize seus produtos.

Hoje, ele não pode colocar seu produto em um supermercado, porque ele não tem o SIF-Serviço de Inspeção Federal. Hoje ele não pode colocar seus produtos em qualquer estabelecimento comercial, porque ele não tem autorização legal. E nós estamos fazendo Programa de Reforma Agrária! Que Programa de Reforma Agraria é esse em que o pequeno produtor não pode comercializar o que produz? Que programa social o Estado tem que impede que o pequeno produtor comercialize seus produtos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é possível que o Estado de Mato Grosso continue desta forma ou, então, que o Governo do Estado mande um projeto de sua autoria! Se o problema é a autoria, pegue uma cópia deste Projeto e mande para esta Casa! Eu não quero ser o autor de nada! Mas mande para esta Casa um projeto de lei autorizando o pequeno produtor a comercializar os seus produtos.

Eu faço, Srs. Deputados, um apelo para que nós possamos conseguir derrubar o Parecer aposto a esta matéria, porque na realidade a não-execução de um Projeto de Lei desta natureza, no Estado de Mato Grosso, significa impedir o pequeno produtor de Mato Grosso de comercializar os seus produtos.

Peço, Sr. Presidente, se possível, como autor da matéria, a promoção de uma nova discussão sobre este Projeto, para que se faça uma nova análise sobre ele, e peço também a inversão de Pauta de votação desta matéria.

Eu solicito que seja devolvido à Comissão para que ela faça uma revisão, uma nova análise deste Projeto de Lei.

O Sr. Nico Baracat - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, solicito vista da referida matéria.

O SR. PRESIDENTE - Deputado José Lacerda, o Deputado Nico Baracat está pedindo vista na Comissão. Portanto, eu vou conceder o pedido de vista ao nobre Deputado, tendo em vista que ele é membro da Comissão.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 250/97, de autoria do Deputado Riva, que autoriza o Governo do Estado a instalar nos Municípios de Sinop, Alta Floresta, Juara, Juína e Peixoto de Azevedo, Núcleos de Tecnologia Educacional do Programa Estadual de Informática na Educação. Com Parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 20/98, de autoria do Deputado Quinca dos Santos, que assegura o oferecimento preventivo e gratuito, pelo Estado, no âmbito do SUS, do exame de triagem de diagnóstico de deficiência de Alfa-1-Antitripsina, causadora de enfisema pulmonar e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO). Em discussão o Artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 5º (LIDO). Em discussão o Artigo 5º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 6º (LIDO). Em discussão o Artigo 6º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 266/97, de autoria do Deputado José Lacerda, que autoriza o Governo do Estado a criar um Centro de Formação Profissional em Alta Floresta e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 98/98, de autoria do Deputado Benedito Pinto, que autoriza o Poder Executivo a ceder em comodato o espaço anexo ao Batalhão de Guarda da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso para funcionamento do Centro de Arte, Cultura e Lazer. Com Parecer favorável da Comissão de Segurança Pública e Comunitária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 1998, ÀS 21:00 HORAS.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Esta Presidência informa que foi concedida a inversão de Pauta ao Projeto de Lei nº 149/98.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando dispensa de Pauta para tramitação do Projeto de Lei nº 184/98, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre fixação de subsídio do Governador, Vice-Governador, Secretários de Estado e dá outras providências.

Em votação o Requerimento...

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, para encaminhar votação, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, desisto de encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE - Continua em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Não há orador inscrito.

A Presidência, antes de encerrar a presente Sessão, convoca a próxima para amanhã, quinta-feira, no horário regimental.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Benedito Pinto, Emanuel Pinheiro, Humberto Bosaipo e Moisés Feltrin; da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Roberto Nunes, Chico Daltro, Novelli, Riva, Luiz Soares e Rene Barbour; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, José Lacerda, Pedro Satélite, Batico de Barros e Wilson Santos; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - Paulo Moura; da Bancada do Partido Socialista Brasileiro - Eliene; da Bancada do Partido Liberal - Amador Tut; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Serys Slhessarenko.

Deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Romoaldo Júnior (LICENÇA MÉDICA), do PFL; Ricarte de Freitas (LICENÇA MÉDICA), do PSDB; Manoel do Presidente (LICENÇA MÉDICA), do PMN; Quinca dos Santos, do PPB; e Zilda, do PDT.

Está encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio
Conferida por Regina Céli Arruda